



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9912 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

ARPILLERAS, AS LINHAS RESISTÊNCIA: A METODOLOGIA FEMINISTA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS DO BRASIL

Fábia Roseana Souza - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEPE

ARPILLERAS, AS LINHAS RESISTÊNCIA: A METODOLOGIA FEMINISTA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS DO BRASIL

RESUMO

Este estudo como se dá a utilização da técnica das *Arpilleras*, que atualmente é utilizada como metodologia feminista de trabalho com as mulheres atingidas do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, para denunciar as violações de direitos humanos que as mulheres sofrem no território de construção das barragens, necessárias para implantação das usinas hidroelétricas. A técnica das *Arpilleras* que ficou mundialmente conhecida, no período da Ditadura Militar sob liderança de Augusto Pinochet (1973 – 1992), porém o MAB passou a considerar a técnica *arpilleras* em seu plano pedagógico em 2013, desenvolvendo com mulheres atingidas ou ameaçadas por projetos de barragens. Desta forma, se deu a problemática deste estudo que consiste em: “De que maneira a técnica chilena *arpilleras* constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens?”, tendo como objetivo, identificar a construção pedagógica da técnica chilena *arpilleras* para os processos de resistência feminista das mulheres no MAB. Nesta perspectiva, utilizaremos para construção deste estudo, o Dossiê das Mulheres Atingidas produzido pelo MAB (2011;2015;2018), além de teóricas como Monise Vieira (2020), Marjorie Augosin (2007), Esther Vital (2016), Marta Castañeda (2008) e Severino (2007).

Palavras-Chave: Arpilleras. Metodologia Feminista. MAB

O movimento das *arpilleras*, constitui-se em vários segmentos de mulheres, porém a sua maioria eram órfãs, viúvas, mães, e irmãs de presos políticos, que obtiveram apoio da igreja católica. E então começaram a bordar em sacos de batata suas reivindicações particulares, para depois entenderem que de uma forma coletiva, o bordado poderia ser o instrumento de denúncia e de resistência à ditadura de Pinochet. Já no Brasil, também na década de 1970 o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, surge como um movimento popular que

luta contra o modelo energético que explora os recursos naturais incontrolavelmente, além de se colocar contra o modelo de sociedade capitalista, construindo de forma coletiva, através de processos educativos, um projeto de sociedade alternativo e a possibilidade de modelo energético sustentável e popular. O MAB, através dos anos identificou que existem violações de direito que as mulheres sofrem especificamente pela questão gênero. Estas demandas, que foram expostas através da construção coletiva, enviesada pelos processos de auto-organização propostos pelo movimento feminista, que pedagogicamente documentam e denunciam de forma participativa e abrangente as principais violações dos direitos das mulheres atingidas durante os processos de planejamento, construção e operação de barragens no Brasil. (<http://www.mabnacional.org.br>).

De acordo com o MAB (2015) o trabalho com as *arpilleras* consiste em uma metodologia feminista de educação popular, construída de forma coletiva em encontros de mulheres atingidas em todas as regiões do país que hoje fazem *arpilleras*. O MAB já registrou mais de cento e cinquenta encontros, com mais de novecentas mulheres que produziram mais de cem *arpilleras* que seguem sendo replicadas. Inicialmente, foram envolvidas cerca de 900 mulheres atingidas ou ameaçadas por projetos de barragens (maioria de projetos de produção de energia hidrelétrica, mas também de acumulação de água). Por isso o MAB, se constituiu no movimento social brasileiro onde esta técnica foi mais utilizada e por isto faz sentido esta pesquisa que procura entender esta experiência político-pedagógica vivenciada por grupos de mulheres conhecidas como arpilleristas.

De acordo com Esther Vital (2016) “las arpilleras ham sido un nuevo language para poder re-significar la propia identidad, las propias relaciones, la propia experiencia, la propia historia” (VITAL, 2016, p. 265), compreendemos assim que *Arpillera* é um bordado que traz consigo a história, a memória, as marcas da violência e o olhar das mulheres *Arpilleristas* que a produz, por meio de bordados de desenhos, palavras e cores narram seus sofrimentos numa estética que não exige o domínio mais profundo da escrita, mas funciona como um registro que expressa um conteúdo compreensível através da perspectiva do cotidiano das mulheres do MAB.

A autora Marjorie Augosin (2007) explica que muitos mencionam as *Arpilleristas* do período ditatorial chileno, como mulheres extraordinárias que mesmo diante do terror, da extrema pobreza a qual foram inseridas com suas famílias, desafiaram o sistema e conseguiram transformar minimamente sua realidade, utilizando o que elas tinham em mãos, linhas coloridas e agulhas.

Desta forma, a autora explica que “o termo *arpillera* em inglês significa “burlap”, o que em espanhol passa a significar *o tecido da resistência*” (AUGOSIN, p. 51-54, 2007) e ainda esclarece, que as *arpilleras*, nasceram em um contexto de ausência de diálogos, onde os cidadãos eram privados de todo e qualquer direito de fala, escrita ou participação de possíveis partidos políticos, e é neste cenário que as *arpilleras* floresceram de forma tímida dentro dos pátios das igrejas e bairros chilenos considerados subalternos, onde histórias tecidas com fios de roupas velhas narram aquilo que não poderia ser mencionado, mas que precisava ser exposto.

PERCURSO METODOLÓGICO

Utilizaremos a metodologia de investigação feminista através da Marta Castañeda (2008) que nos apresenta alguns caminhos teóricos que nos mostram uma realidade pautada na realidade feminista, pois se faz necessário falarmos de uma metodologia feminista a partir de uma perspectiva construída que contrapõe a perspectiva androcentrista colonial da ciência e assim construirmos novas perspectivas teóricas e metodológicas para desconstruir os preconceitos de gênero em metodologias convencionais que sustentam a desigualdade

entre os sexos, e excluem as mulheres cabendo as mesmas e ao próprio feminismo trazer para história fatos que foram escondidos da própria história por ela ter sido escrita e narrada a partir de um viés colonizador.

Como percurso metodológico adotado, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, de acordo com Severino (2007) este método de pesquisa é concebido através de registros disponíveis, extraídos de pesquisas anteriores, utilizando dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e que foram devidamente registrados, assim tornando-os fontes confiáveis para serem pesquisados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo apresentado ainda está em desenvolvimento, haja vista que faz parte de uma dissertação de mestrado que encontra-se em curso. Entretanto, consideramos que algumas discussões já apresentadas são de grande relevância para os possíveis resultados que virão posteriormente.

Inicialmente fizemos uma pesquisa bibliográfica da cartilha “Violação dos Direitos Humanos na Construção das Barragens” produzida pelo MAB (2011), onde foi apontado que nos anos 2000 o movimento sofreu um intenso processo criminalização principalmente nas barragens de Tucuruí localizada no estado do Pará, Cana Brava e Serra da Mesa no estado de Goiás, Acauã no estado da Paraíba, Manso no estado do Mato Grosso, Barra Grande e Campos Novos no Rio Grande do Sul e em outros estados como Santa Catarina, Tocantins e no Maranhão. A partir da organização do MAB, criou-se um dossiê no qual foi relatado todo o processo de criminalização, processos judiciais contra os atingidos, fazendo com que em 2006 o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH aceitasse as denúncias e começasse a visitar os locais denunciados.

De acordo com Monise Vieira Soares (2019), nos territórios das barragens as violações de direitos humanos sofridas pelos povos atingidos, consistem em decorrência da intensa migração populacional daqueles que vão residir nestes territórios, para trabalharem nas construções dos empreendimentos das usinas hidroelétricas por um curto espaço de tempo. Este fator unido a ausência do estado na implementação e gestão de políticas públicas nas respectivas regiões e, a não preparação prévia de ações do poder público para suportar as novas demandas sociais, geram uma série de violações de direitos nestes territórios.

Desta forma, de acordo com o MAB (2011, p. 05) foram detectadas ao todo 16 direitos humanos que foram sistematicamente violados nos territórios das barragens, sendo eles

Direito à informação e à participação; Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; Direito à moradia adequada; Direito à educação; Direito à um ambiente saudável e à saúde; Direito à contínua das condições de vida; Direito à plena recuperação das perdas; Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletividade acordados; Direito de ir e vir; Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; Direito aos grupos vulneráveis é proteção especial; Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial; Direito à reparação por perdas passadas; Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária. (MAB, 2011, p. 06)

Porém a autora ainda considera que para além das violações de direitos humanos mencionadas de forma paritária, atingindo homens e mulheres, existem violações de direitos humanos constatadas que atingem apenas as mulheres, porém em áreas específicas, como trabalho,

atuação política, relação com as empresas, convivência familiar e comunitária, direitos sexuais e reprodutivos e acesso a políticas públicas.

Assim de acordo com o MAB (2018, p. 09) a violação de direitos humanos referente a atuação política das mulheres refere-se a

A ausência e desqualificação das mulheres nos espaços deliberativos; A ausência de serviços básicos que viabilizem a mobilização e participação das atingidas; O não – reconhecimento das mulheres com atores sociais pelas empresas e por diversas instituições públicas; A criminalização, ameaças e até assassinatos de mulheres lideranças. (MAB, 2008, p. 09)

Percebemos que a exclusão das mulheres nos ambientes de liderança, partem das questões relacionadas ao gênero e a falta de fiscalização das empresas que são responsáveis pelos empreendimentos das barragens.

O MAB (2018, p.10) identifica que a violação de direitos humanos relacionadas as empresas parte do pressuposto da utilização do conceito patrimonialista e patriarcal de atingido, a coação e assédio dos funcionários das empresas e o não reconhecimento das mulheres como atingidas, baseando-se no núcleo familiar.

A violação de direitos humanos relacionadas à convivência familiar e comunitária, são diretamente impactados pelas barragens, nesta perspectiva o MAB (2018, p.14) destaca

A desestruturação das relações familiares e comunitárias; O impacto na vida das crianças e adolescentes; A ausência de redes de proteção e atenção comunitárias com o deslocamento compulsório; Estímulo à competição e desconfiança; Aumento dos casos de alcoolismo, uso de drogas e violência doméstica. (MAB, 2018, p.14)

Para além das violações ligadas diretamente aos territórios das barragens, o MAB identificou que existem violações intrínsecas aos corpos das mulheres, sendo os direitos sexuais e reprodutivos violados onde o MAB (2018, p.17) destaca que são, a mercantilização dos corpos com a prostituição de mulheres, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o aumento dos casos de gravidez na adolescência, onde a violação de direitos humanos ligada diretamente ao corpos das mulheres, reverbera diretamente na última violação de direitos destacada pelo MAB, que é a falta de acesso a políticas públicas.

O MAB (2018) destaca que as respectivas violências mencionadas estão relacionadas a violência física, agressões e feminicídios, violência psicológica, política e moral, pois foram identificadas através dos relatos de muitas mulheres, indícios de chantagem e ameaças feitas inclusive por parte de autoridades locais e coerção em uma conjuntura de ameaças ao direito de organização e expressão políticas, exploração sexual de menores que foi potencializado durante a construção das hidroelétricas.

Ilustrações, tabelas e gráficos:

Figura 01: *“Arpillera privatização que mata”*



Fonte: <https://mab.org.br/2019/03/18/mab-exp-e-arpilleras-na-ufpa-em-bel-m-pa/>

Estudos visam discutir os processos educativos de formação política de mulheres trabalhadoras rurais e no caso deste projeto, daquelas atingidas pela construção de barragens, ganha importância pelo fato dessas mulheres terem menos recursos educativos públicos à sua disposição, e por isso, articuladas no contexto das experiências populares de luta por direitos na América Latina, buscam conhecer e reproduzir de maneira recontextualizada metodologias pedagógicas de educação popular, vivenciadas por outras mulheres, como forma de ressignificar processos educativos de empoderamento e de luta coletiva e feminista.

REFERÊNCIAS

AGOSIN, Marjorie. **Tapestries of Hope, Threads of Love: The Arpillera Movement in Chile**. Ed. Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

CASTAÑEDA, Martha Patricia Salgado. **Metodología De La Investigación Feminista**. Colección Diversidad Feminista, Abril, 2008.

humanos. In: CORRASCONA, A; ASTORKA, I. M; IDIGORAS, M. O. **La Embarcada Activista: Arteterapia y activismo**. Fundación Museo de la Paz de Guernika. 2016. Disponível em: <ndice_libro_laembarcada_activista>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **“AUDIÊNCIA PÚBLICA – “Os impactos dos grandes empreendimentos de barragens na vida das mulheres**. Brasília – DF, 2018

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **“Violações dos Direitos Humanos na construção das Barragens”** São Paulo – SP, 2011.

MAB, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular**. São Paulo, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, rev. e atual, Cortez, 2007 SOARES, Monise Vieira Busquetes. **TECENDO A LUTA: Memória, violência dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte**. Tese (Doutorado) em Ciências do Ambiente, Palmas – TO, 2019.

VITAL, E. Arpilleras y empoderamiento afectadas por represas, de víctimas a defensoras de derechos humanos. In: CORRASCONA, A; ASTORKA, I. M; IDIGORAS, M. O. **La Embarcada Activista: Arteterapia y activismo**. Fundación Museo de la Paz de Guernika. 2016. Disponível em: <ndice_libro_laembarcada_activista>. Acesso em: 05, jul. 2018.

